

Demonstrações Financeiras

*Concessionária Ecovia Caminho
do Mar S.A.*

*31 de dezembro de 2003 e 2002
com Parecer dos Auditores Independentes*

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

Índice

Parecer dos auditores independentes	1
Demonstrações Financeiras Auditadas:	
Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração das origens e aplicações de recursos	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHOS DO MAR S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.** em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota 7, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como, a possibilidade do Governo do Estado promover à desapropriação das ações da Companhia, como forma de retomar o controle da atividade, presentemente concedida à mesma.

Curitiba, 24 de janeiro de 2004.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6 "S" PR

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1-SP-132776/O-3-T-SC-S-PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
ATIVO		
Circulante		
Disponibilidades	1.327	1.180
Impostos a recuperar e outros	582	917
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12)	971	1.079
Despesas com seguros a apropriar	911	788
Total do ativo circulante	3.791	3.964
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12)	-	964
Depósitos judiciais	164	110
	164	1.074
Permanente		
Imobilizado (nota 4)	37.260	40.823
Diferido (nota 5)	352	1.669
	37.612	42.492
TOTAL DO ATIVO	41.567	47.530

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
PASSIVO		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (nota 6)	-	4.026
Fornecedores	3.201	7.085
Impostos, taxas e contribuições	747	428
Provisões trabalhistas	630	735
Transações com partes relacionadas (nota 8)	13.056	19.521
Juros sobre capital próprio a pagar (nota 10)	1.429	-
Dividendos a pagar (nota 10)	5.340	-
Outras contas a pagar	874	886
Total do passivo circulante	25.277	32.681
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (nota 9)	281	226
	281	226
Patrimônio líquido (nota 10)		
Capital social	15.600	15.600
Reserva legal	372	-
Reserva estatutária	37	-
Prejuízos acumulados	-	(977)
	16.009	14.623
TOTAL DO PASSIVO	41.567	47.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Receita bruta operacional		
Receita bruta de pedágio	57.000	47.553
Receitas acessórias	144	120
	57.144	47.673
Impostos sobre a receita bruta		
ISS	(2.826)	(2.344)
Pis e Cofins	(2.403)	(1.780)
	(5.229)	(4.124)
Receita líquida operacional	51.915	43.549
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.788)	(6.731)
Despesas de operações	(8.646)	(8.049)
Despesas de conservação	(9.880)	(13.982)
Depreciações e amortizações	(8.547)	(7.535)
Despesas financeiras	(6.260)	(6.435)
	(40.121)	(42.732)
Lucro operacional	11.794	817
Lucro não operacional	149	45
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.943	862
Imposto de renda e contribuição social (nota 12)	(3.536)	(339)
Lucro líquido do exercício	8.407	523
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$ 1,00	538,91	33,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2001	15.600	-	-	(1.500)	14.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	523	523
Saldos em 31 de dezembro de 2002	15.600	-	-	(977)	14.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.407	8.407
Destinações do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal	-	372	-	(372)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	37	(37)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.681)	(1.681)
Dividendos propostos	-	-	-	(5.340)	(5.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	15.600	372	37	-	16.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	8.407	523
Valores que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações e amortizações	8.547	7.535
Variação monetária e juros de longo prazo	-	1.315
Provisões para contingências	55	226
Custo residual de ativos permanentes baixados	63	80
	17.072	9.679
De terceiros:		
Transferência dos impostos diferidos para o circulante	964	1.083
	964	1.083
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	18.036	10.762
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	54	-
Redução do exigível a longo prazo	-	256
Aumento do ativo imobilizado	3.730	11.201
Juros sobre o Capital Próprio	1.681	-
Dividendos	5.340	-
Transferências de mútuos a pagar para o passivo circulante	-	16.113
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	10.805	27.570
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	7.231	(16.808)
Variação do capital circulante		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	3.791	3.964
No início do exercício	3.964	2.156
	(173)	1.808
Passivo circulante:		
No fim do exercício	25.277	32.681
No início do exercício	32.681	14.065
	(7.404)	18.616
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	7.231	(16.808)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas a exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e consoante às práticas contábeis descritas na nota 3, e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. As receitas decorrentes de vendas antecipadas de “cupons” de pedágio são contabilizadas como “Receitas Antecipadas” no passivo circulante, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio. As despesas são registradas pelo regime de competência.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis -- continuação

b) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado e estão demonstradas na nota 8.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada com base na vida útil-econômica estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente, conforme demonstrado na nota 4.

d) Diferido

Refere-se a gastos pré-operacionais relativos à organização e administração, despesas com o contrato de concessão, gastos com pesquisa e desenvolvimento e encargos financeiros líquidos, amortizados à taxa anual de 20%, conforme demonstrado na nota 5.

e) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

f) Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, sendo para o Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido; e para Contribuição Social 9%.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis -- continuação

f) Imposto de renda e contribuição social -- continuação

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, foram calculados com base na alíquota efetiva destes impostos e registrados no ativo circulante, em função das diferenças temporárias consideradas quando da apuração destes impostos, bem como sobre saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social compensáveis na apuração desses tributos, conforme nota 12.

g) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

4. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31.12.2003 Custo	31.12.2003 Depreciação acumulada	31.12.2003 Valor líquido	31.12.2002 Valor líquido
Construções e projetos	4,17% e 5%	16.179	(5.443)	10.736	12.489
Pavimentações	16,67%	22.138	(7.631)	14.507	15.254
Praça de pedágio e bases operacionais	4,17%	10.283	(2.705)	7.578	8.189
Sinalização e dispositivos de segurança	10% a 16,67%	4.845	(2.840)	2.005	2.311
Hardware, software e equipamentos de pedágio	10% e 20%	3.533	(2.048)	1.485	1.594
Máquinas e equipamentos	10%	1.151	(433)	718	757
Móveis e utensílios	10%	344	(119)	225	225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	12	(6)	6	4
		58.485	(21.225)	37.260	40.823

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

5. Diferido

	Taxas Anuais de amortização	31.12.2003		31.12.2002	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Despesas de organização e administração	20%	3.261	(3.098)	163	815
Despesas relativas ao contrato de concessão	20%	1.040	(988)	52	260
Encargos financeiros líquidos	20%	637	(605)	32	159
Pesquisa e desenvolvimento	20%	767	(728)	39	192
Outros	20%	881	(815)	66	243
		<u>6.586</u>	<u>(6.234)</u>	<u>352</u>	<u>1.669</u>

6. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2002, os empréstimos e financiamentos estavam representados por obrigações de curto prazo para capital de giro no valor de R\$3.759, e projetos vinculados ao FINAME, no valor de R\$267, totalizando R\$4.026. Estas obrigações estavam garantidas por aval dos acionistas e por alienação fiduciária dos próprios equipamentos adquiridos, respectivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia liquidou integralmente essas obrigações.

7. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.066 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

7. Informações sobre o contrato de concessão -- continuação

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação.

Atualmente, a Administração da Companhia, juntamente com parcela significativa das demais Concessionárias de rodovias que formam o chamado “Anel de Integração do Estado do Paraná”, encontra-se em fase de análise junto aos seus assessores legais sobre a melhor alternativa para contestar as medidas judiciais e extrajudiciais mencionadas no parágrafo anterior e além disso, encontra-se também discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A Companhia encontra-se em total atendimento aos requerimentos estabelecidos pelo contrato de concessão.

8. Transações com partes relacionadas

As transações com empresas ligadas são realizadas em condições usuais de mercado. Em 31 de dezembro, a posição em aberto apresenta-se como segue:

	Contas passivas		Compras e contratações de serviços/ despesas financeiras sobre contratos de mútuos	
	31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002
<i>Fornecedores</i>				
Impregilo International Infrastructures N.V.	191	-	-	-
CR Almeida S.A.	1.176	2.337	9.341	1.900
Primav Ecorodovias S.A. (controladora)	100	166	-	-
	1.467	2.503	9.341	1.900
<i>Contratos de mútuos</i>				
Primav Ecorodovias S.A. (controladora)	-	-	-	237
CR Almeida S.A. – Engenharia de Obras	8.623	12.702	3.707	4.307
Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A.	-	6.819	1.392	-
Impregilo International Infrastructures N.V.	4.433	-	419	416
	13.056	19.521	5.518	4.960
	14.523	22.024	14.859	6.860

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas -- continuação

Em 18 de junho de 2003, a empresa ligada CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções cedeu e transferiu o crédito decorrente das transações de mútuos a receber da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., para sua empresa ligada CR Almeida S.A. – Engenharia de Obras.

As obrigações de mútuos com partes relacionadas foram remuneradas conforme segue:

CR Almeida S.A. – Engenharia de Obras

- a) De 1 de outubro de 2002 a 31 de março de 2003, remuneradas pela variação da taxa CDI acrescida de 6,5% aa.
- b) De 1 de abril de 2003 a 31 de dezembro de 2003, remuneradas pela variação da taxa CDI acrescida de 12,68%.

Impregilo International Infrastructures N.V.

Em 14 de agosto de 2003, a empresa ligada Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A., cedeu e transferiu o saldo de mútuo a receber de R\$5.976 (Euro 1.770 mil), junto a Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., em favor da empresa ligada Impregilo International Infrastructures N.V.. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo de mútuo a pagar de R\$4.433 (Euro 1.214 mil) é remunerado à taxa de 3.5% ao ano, acrescido de variação cambial do Euro.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

9. Passivos contingentes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais, na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, há probabilidade de não se obter êxito nas discussões, foram constituídas provisões para contingências, totalizando R\$281 em 31 de dezembro de 2003 (R\$226 em 31 de dezembro de 2002). Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, no valor de R\$165 (R\$110 em 31 de dezembro de 2002) registrados no ativo realizável a longo prazo.

A Companhia vêm se defendendo judicialmente de auto de infração, no valor de R\$8.000, imputado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER, relativamente a pedido de indenização por danos ao meio ambiente. Para a referida ação não foi constituída nenhuma provisão para contingências, uma vez que, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia entende que a possibilidade de perda é remota.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o capital social estava composto por 15.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas são assegurados dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido, após a compensação dos prejuízos acumulados e as deduções previstas na legislação societária. São ainda destinados do lucro líquido, após as referidas compensações, 0,5% para constituição da reserva estatutária destinada à restituição de capital aos acionistas no caso de extinção da concessão, limitada a 10% do total do capital subscrito.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido -- continuação

b) Remuneração aos acionistas -- continuação

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários, como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, na conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, a seguinte forma de distribuição dos resultados:

	<u>31.12.2003</u>
Lucro líquido do exercício	8.407
Compensação de prejuízos acumulados	<u>(977)</u>
Lucro líquido ajustado	7.430
Constituição da reserva legal	(372)
Constituição de reserva estatutária	<u>(37)</u>
Base para o cálculo de dividendos mínimos	7.021
Dividendos mínimos (25%)	1.755
Dividendos complementares	<u>3.585</u>
Dividendos propostos	5.340
Juros sobre o capital próprio	<u>1.681</u>
Remuneração total imputada aos acionistas	<u><u>7.021</u></u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido -- continuação

b) Remuneração aos acionistas -- continuação

O montante de juros sobre o capital próprio apurado em 2003, de R\$1.681, inclui o imposto de renda retido na fonte devido pelos acionistas, no montante de R\$251, representando um montante líquido atribuível aos dividendos de R\$1.429.

A remuneração total, por lote de mil ações ordinárias, imputada aos acionistas foi de R\$450,06 (Quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) em 31 de dezembro de 2003.

11. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2003 a Companhia não possuía operações com derivativos.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base no lucro contábil, ajustado de acordo com a legislação fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2003, o crédito tributário relativo ao imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$971, realizável em sua totalidade no curto prazo (R\$1.079 no ativo circulante e R\$964 mil no realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2002). A efetiva realização deste ativo está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros e sua utilização está limitada a 30% do lucro tributável gerado anualmente, sem prazo de prescrição. A Companhia, com base em suas projeções de resultado, estima que será capaz de gerar tais lucros tributáveis no próximo exercício. A Administração anualmente reavaliará a realização desse ativo, efetuando os devidos ajustes em função de mudança significativa nas projeções de rentabilidade futura.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social -- continuação

A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

	31.12.2003		31.12.2002	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos	11.943	11.943	862	862
Imposto de renda e contribuição social – alíquotas efetivas	(2.986)	(1.075)	(216)	(78)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre os juros sobre o capital próprio	421	152	-	-
Diferenças permanentes	(19)	(7)	(62)	(20)
Incentivos fiscais	60	-	13	-
Outros	(52)	(30)	24	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.576)	(960)	(241)	(98)
Total de imposto de renda e contribuição social	(3.536)		(339)	

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

	31.12.2003	31.12.2002
Imposto de renda	(1.789)	(198)
Contribuição social	(675)	(83)
Realização do imposto de renda diferido	(787)	(43)
Realização da contribuição social diferida	(285)	(15)
Totais	(3.536)	(339)

13. Seguros

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2003, cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, onde o beneficiário é o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná).